

Gabrielle Batista Machado
Ana Alice Lima de Sousa
Myrna Letícia de Carvalho Rifane

9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 11: O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS
METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

A UTILIZAÇÃO DIDÁTICA DO JOGO "ORIGINÁRIAS" PARA PROMOVER O
DEBATE SOBRE A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

São Paulo/SP
2025

A UTILIZAÇÃO DIDÁTICA DO JOGO "ORIGINÁRIAS" PARA PROMOVER O DEBATE SOBRE A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabrielle Batista Machado¹
Ana Alice Lima de Sousa²
Myrna Letícia de Carvalho Rifane³

RESUMO

Este trabalho analisa as contribuições didáticas do jogo "Originárias" para promover o debate sobre as mulheres indígenas, seu protagonismo e luta social, nas aulas de Sociologia para turmas do Ensino Médio. Jogo de cartas autoral, "Originárias" foi confeccionado com o objetivo de dinamizar as aulas de Sociologia e diversificar as aprendizagens, de modo a dar visibilidade a personalidades indígenas geralmente marginalizadas ou excluídas dos currículos escolares, em atendimento as Leis nº 11.645/2008 e nº 14.986/2024. Como aporte metodológico, foram utilizados os princípios da gamificação, promovendo a interação entre os estudantes e estimulando o envolvimento com os conteúdos discutidos. O jogo foi aplicado em turmas do Ensino Médio da escola EEMTI Professor Plácido Aderaldo Castelo, escola pública de tempo integral localizada na periferia da cidade de Fortaleza e, como resultados prévios, destacamos o engajamento dos estudantes com a atividade e o estímulo ao pensamento crítico, promovido por meio dos desafios que o jogo propõe. Além disso, o jogo mostrou-se uma excelente ferramenta para enriquecer o debate sobre as mulheres indígenas, dando visibilidade as suas lutas sociais na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas, Gamificação, Ensino de Sociologia.

1. INTRODUÇÃO

O jogo de cartas "Originárias" surgiu como uma proposta pedagógica para adequar o ensino de Sociologia às Leis 11.645/2008 e 14.986/2024, que versam, respectivamente, sobre a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afrobrasileiras e indígenas e a obrigatoriedade de abordar as experiências e as perspectivas femininas nos conteúdos curriculares da educação básica. Reconhecendo a importância da luta social das mulheres como parte integrante e fundamental do movimento indígena e seu recente destaque na sociedade contemporânea, o jogo se propõe a visibilizar personalidades femininas que

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, gabmac167@gmail.com;

² Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, anaalicelimasc@gmail.com;

³ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, myrna.rifane@gmail.com.

contribuem para o ativismo pelos direitos dos povos originários, fomentando o debate sobre as temáticas indígenas e as questões de gênero na educação básica.

Construído no contexto da disciplina Metodologia do Ensino, ministrada pelo professor Dr. Alexandre Jeronimo Correia Lima⁴ na pós-graduação de Sociologia (profissional) da Universidade Federal do Ceará entre os meses de maio e junho de 2024, o jogo foi pensado para promover reflexões sobre movimentos sociais, gênero e direitos humanos, macrotemas fundamentais para o ensino de Sociologia. Inicialmente, “Originárias” foi apresentado durante a *II Jornada de aulas do ProfSocio e Licenciatura de Ciências Sociais da UFC*, evento realizado com a finalidade de promover a trocas de experiências entre pesquisadores da graduação e pós-graduação das Ciências Sociais, momento no qual coletamos opiniões e orientações para melhorar o potencial pedagógico do jogo, que foi reformulado e, por fim, passou a ser aplicado em sala de aula, para estudantes do ensino médio.

Neste trabalho, propomos um estudo de caso sobre a utilização didática do jogo de cartas “Originárias” para a promoção da luta social das mulheres indígenas na educação básica e suas contribuições para o ensino de Sociologia. Como aporte metodológico, utilizamos o conceito de gameificação para oportunizar a experiência pedagógica junto aos estudantes e proporcionar uma maior interação com as temáticas levantadas. O jogo de cartas foi aplicado no contexto das aulas de Sociologia, em parecia com disciplinas da base diversificada do currículo, para turmas de primeira série na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Professor Plácido Aderaldo Castelo⁵, escola pública localizada na periferia da cidade de Fortaleza.

Como referencial teórico, pautamos nossas reflexões nas problemáticas levantadas em torno da aplicabilidade das Leis 11.645/2008 e 14.986/2024 e suas contribuições para o ensino de Sociologia, no debate sobre a decolonialidade e nos conceitos fundamentais que norteiam o movimento social das mulheres indígena. Desse modo, situamos o jogo de cartas “Originárias” no contexto da visibilidade do movimento indígena na sociedade contemporânea e do ativismo feminino nas causas sociais, contribuindo, assim, para uma educação mais inclusiva, plural e que notabiliza

⁴ Professor do departamento de Ciências Sociais da área de licenciatura na Universidade Federal do Ceará. E-mail: alexandrejeronimo@ufc.br.

⁵ Para fins de escrita acadêmica, neste artigo usaremos a sigla EEMTI Professor Plácido Aderaldo Castelo para se referir à escola.

sujeitos outros, marginalizados que foram – e que são – e historicamente relegados a um papel secundário na atuação social.

2. METODOLOGIA

Os processos que atuam na construção do conhecimento em sala de aula são constantemente alterados ao longo do tempo e, se pensarmos os processos de aprendizagem de forma mais amplificada, encontramos diversas nuances que vão desde a memorização de conteúdos até as formulações que levaram ao ensino crítico. Tendo essas premissas e salientando o papel da disciplina de Sociologia como formuladora de questões essenciais para o desenvolvimento da cidadania e saber capaz de impactar os agentes de transformação na sociedade, sejam eles alunos e/ou professores, é que observamos a relação entre o processo de aprendizagem e a gamificação.

Nesse sentido, as metodologias ativas são importantes ferramentas para o ensino de Sociologia, na medida em que possibilitam a construção de aprendizagens significativas por meio dos desafios, da participação colaborativa entre os estudantes e da troca de experiências proporcionadas pelas atividades fins, como jogos e pesquisas, possibilitando aos alunos uma formação focada em construir o conhecimento por meio do desenvolvimento de ações e experiências que estimulem a criticidade e a criatividade, proposições essas que estão no cerne do conhecimento sociológico.

Como salienta Cunha et al 2024, as metodologias ativas (MA's) formam “um conjunto de alternativas pedagógicas que visam facilitar a aprendizagem dos estudantes e/ou proporcionar uma educação crítica e problematizadora da realidade.” Ou seja, o enfoque do processo de aprendizagem será perpassado pela percepção do estudante do meio interacional e da discussão sobre a realidade que o cerca buscando a construção de um conhecimento contextualizado e de um ambiente escolar que não formule apenas respostas, mas que também crie perguntas sobre a sociedade e suas problemáticas, de modo a criar uma interação entre os saberes teóricos e práticos a fim de se criar a reflexão crítica no espaço escolar. Assim, as MA's, quando incorporadas ao ensino, se configuram como uma série de

[...] estratégias pedagógicas para criar oportunidades de ensino nas quais os alunos passam a ter um comportamento mais ativo, envolvendo-os de modo que eles sejam mais engajados, realizando atividades que possam auxiliar o estabelecimento de relações com o contexto, o desenvolvimento de estratégias cognitivas e o processo de construção de conhecimento. (VALENTE; ALMEIDA; GERALDINI, 2017, p. 464, apud CASTMAN et al, 2022.)

Assim, a incorporação dessa perspectiva na educação básica nas aulas de Sociologia coincide também com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente na área de Ciências Humanas, onde se considera o papel da construção crítica por parte dos jovens, de modo que intensifiquem os questionamentos sobre si próprios e sobre o mundo em que vivem, o que lhes possibilita não apenas compreender as temáticas e conceitos utilizados, mas também problematizar categorias, objetos e processos (BRASIL, MEC, 2017, p.548.) Por isso, as metodologias ativas apresentam grande potencial de contribuir para o ensino de sociologia.

Neste trabalho, utilizamos da gameficação para elaborar nosso material didático – o jogo de cartas “Originárias” – e realizar sua aplicação em sala de aula, junto aos estudantes. Kapp (2012) define gamificação como o uso de mecanismos, estética e pensamento dos jogos para engajar as pessoas, motivar ações, promover conhecimento e resolver problemas. Em outras palavras, a gamificação pode ser resumida como o uso de elementos de jogos em contextos não relacionados aos jogos – mas em situações de aprendizado, por exemplo. (Deterding et. al, 2011), (Cunha, 2014). A gamificação vem se mostrando uma estratégia eficaz para aumentar a motivação e o desempenho dos alunos, além de facilitar a assimilação do conteúdo, tornando o ensino mais efetivo.

Assim, visando promover a gameficação nas aulas de Sociologia, surgiu o jogo de cartas “Originárias”, inspirado no formato do Antropolojogo⁶, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e nas regras do jogo de cartas Uno, cujo objetivo principal consiste em se livrar de todas as cartas. Em sua estrutura, o jogo “Originárias” possui sessenta e uma cartas, divididas entre cartas-personagem, que trazem informações sobre as mulheres protagonistas do jogo; cartas de azar, com situações de preconceito e desigualdade de gênero; cartas de sorte, com situações

⁶ O Antropolojogo consiste em um jogo no formato de tabuleiro, onde os participantes disputam uma corrida pela cidade do Rio de Janeiro, avançando no tabuleiro a partir do acerto das perguntas levantadas em cada etapa. O jogo está disponível em formato online, através do link <<https://franca-dev.itch.io/antropolojogo>>.

de equidade de gênero e superação das desigualdades; cartas-problema, com perguntas de múltipla escolha sobre a luta social das mulheres indígenas; e cartas-desafio, com propostas de situações-problemas que envolvem ações práticas, pensamento crítico, pesquisa e interação entre os alunos.

Na dinâmica de aplicação do jogo, as cartas foram pensadas para instruir os estudantes e fazê-los refletir sobre as situações abordadas, de modo que os alunos, ao interagirem com as cartas, leem um rico material didático sem percebê-lo como tal, efeito ocasionado pela gameficação do processo na qual a proposta de aprendizagem está inserida. Além disso, ao trazer histórias e vivências de mulheres indígenas, o jogo promove não apenas o conhecimento sobre suas experiências sociais, mas a possibilidade de reconhecer as mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos, em uma sociedade que costuma relegá-las ao apagamento.

As personagens homenageadas pelo jogo foram Sônia Guajajara, Juliana Alves, Cacique Pequena, Diana Pitaguary, Eva Potiguara, Graça Graúna, Márcia Kambeba, Eliane Potiguara e Auritha Tabajara, personalidades escolhidas por sua militância, liderança e atuação social. No caso de Diana Pitaguary, mulher indígena cearense que foi assassinada em contexto de feminicídio em 2017, a escolha foi feita visando proporcionar a reflexão sobre a violência de gênero, sobretudo no que tange à vulnerabilidade das mulheres indígenas.

Além disso, sua presença nas cartas materializa a valorização das histórias e vivências das mulheres indígenas do Ceará, localidade de criação e aplicação do jogo. O mesmo princípio foi usado para a escolha de personalidades como Cacique Pequena, Juliana Alves e Auritha Tabajara, figuras que simbolizam a relevância das mulheres no movimento indígena cearense, que foi fortemente combatido e relegado ao apagamento na História do Ceará e que segue marginalizado ainda nos dias atuais. Por isso, a presença de mulheres indígenas cearenses no jogo “Originárias” é fundamental para refletir sobre a presença e resistência indígena local.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), ao discutir o papel e a relevância da Sociologia na educação Básica, alegam que os objetivos centrais do pensamento sociológico são o *estranhamento* e a *desnaturalização*, promovendo a reflexão sobre o que parece ordinário, corriqueiro, natural, mas que, na verdade, são

fenômenos social e historicamente construídos, adornados por uma ideologia dominante e impostos à comunidade, sem possibilidade de abordagens outras. Nessa perspectiva, refletir sobre as temáticas indígenas, sobretudo o movimento das mulheres indígenas, no ensino de sociologia é fundamental para fazer cumprir os objetivos deste componente curricular, uma vez que notabilizam situações de exclusão e desigualdade, favorecendo a reflexão crítica sobre a sociedade, gênero, movimentos sociais e as relações étnico raciais.

Nesta seção, faremos uma análise sobre os conceitos que fundamentam as nossas reflexões e embasam este trabalho, situando o material didático confeccionado – o jogo “Originárias” – em um contexto de atuação e valorização do pensamento sociológico na educação básica. Analisamos também a relevância das Leis 11.645/2008 e 14.986/2024, que inspiraram efetivamente a temática do jogo, para o ensino de sociologia.

A promoção das temáticas indígenas na educação básica se deve especialmente à promulgação da Lei 11.645/2008, que representou uma grande conquista para a educação nacional. Fruto do movimento social indígena, sobretudo da reivindicação de professores indígenas, a Lei estabelece a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afrobrasileiras e indígenas na educação básica, ressaltando as contribuições étnicas e culturais dos povos que ajudaram a construir a sociedade brasileira.

Mais do que uma medida de revisão curricular, a Lei sinaliza a aproximação da educação básica com os movimentos sociais, possibilitando uma abordagem plural da composição social brasileira e notabilizando os sujeitos que foram historicamente marginalizados, como os povos originários. Para Fanelli (2021), a implementação da Lei pressupõe uma educação antirracista e anticolonial ao promover novas perspectivas para a história do Brasil, destacando sujeitos, vivências e cosmo percepções até então não imaginadas, possibilitando, assim, “uma leitura da sociedade brasileira mais plural, diversa, multiétnica, com múltiplos protagonistas e que, durante muito tempo, foram negligenciados como sujeitos históricos e como sujeitos de saberes” (FANELLI, p. 16).

Nesse sentido, a legislação sinaliza avanços, de mãos dadas com os movimentos sociais, para a promoção do debate étnico racial no país. Entretanto, quase vinte anos se passaram e a Lei segue enfrentando inúmeros desafios que dificultam sua efetiva aplicação na educação básica, sobretudo a defasagem na

formação docente e a ausência de materiais didáticos adequados, que fomentem uma análise crítica sobre os povos originários e não reforcem estereótipos socialmente construídos. Esse cenário é, sobretudo, reflexo dos preconceitos e das desigualdades sociais as quais os povos originários estão sujeitos e da invisibilidade do movimento indígena na sociedade contemporânea. De acordo com Munduruku (2012), o processo colonizador incrustou na memória nacional o imaginário do *índio* selvagem, primitivo, alheio ao progresso e à modernização, sinônimo de atraso e, portanto, passíveis de serem civilizados.

Tal percepção europeia, imbuída de preconceitos e ideais de superioridade, foi – e ainda é – a responsável por promover uma série de massacres contra os povos originários, em frequentes tentativas de extermínio, assimilação e aculturação. Não à toa os povos indígenas seguem em situação de marginalidade social, dada a tentativa histórica de apagamento e etnocídio as quais foram submetidos. Enquanto reflexo da sociedade, a escola reproduz esses estereótipos e as desigualdades, frequentemente retratando os povos originários de modo genérico e equivocado, ora como vítimas da colonização, ora como símbolos de atraso nacional; raramente como sujeitos históricos e políticos atuantes na sociedade, lutando contra o sistema para garantir o direito de existir e manter suas tradições.

Nessa perspectiva, o debate sobre a decolonialidade é uma importante ferramenta para refletir sobre as relações étnico-raciais, especialmente na sociedade brasileira, tão multiétnica em sua gênese e processo de formação. Tal debate tem como fundamento a ênfase na perspectiva dos povos outrora colonizados, sujeitos historicamente marginalizados e excluídos dos espaços de construção do saber, como a academia e a escola. Para Gomes (2012), o silêncio das redes de educação sobre as temáticas étnico raciais não é apenas intencional, mas uma forma de discriminação aos grupos marginalizados. A autora considera, porém, que a legislação contribui para fomentar o debate e incentiva educadores a buscar informações.

Por isso mesmo, a promulgação da Lei 11.645/2008 regimenta uma mudança de paradigma, uma vez que possibilita novos saberes e novos olhares sobre os povos originários, suas vivências e lutas sociais. A Lei, em si, não é suficiente para promover mudanças, mas abre espaço para que novas perspectivas ocupem lugar nos currículos escolares, possibilitando uma educação crítica, plural e, portanto, decolonial.

Ainda no patamar das legislações que pluralizam o currículo e aproximam a escola dos movimentos sociais, a Lei 14.986/2024 é uma importante ferramenta para problematizar as relações de gênero na educação básica, ao determinar que as redes de educação devem abordar as perspectivas e as experiências femininas nos conteúdos curriculares. O debate sobre a equidade de gênero na sociedade brasileira é um assunto urgente, tendo em vista os dados gerais sobre o feminicídio no Brasil, as desigualdades de gênero nos mais diversos campos da sociedade e das ciências e o histórico de machismo e impunidade que permeia a história dos direitos femininos.

No que tange às mulheres indígenas, a discriminação e as desigualdades tendem a se intensificar, uma vez que, analisadas de forma interseccional, estão em situação de dupla vulnerabilidade: o fato de ser mulher e ser indígena atuando em conjunto para proporcionar uma experiência singular de opressão e marginalização. Entretanto, o que vemos atualmente é um movimento indígena ativo e engajado, encabeçado por organizações de mulheres indígenas que encontraram no movimento social uma forma de visibilizar suas reivindicações, denunciar a violência e os abusos sofridos e combater os preconceitos e a discriminação.

Não à toa, a primeira pessoa escolhida para atuar frente ao Ministério dos Povos Indígenas no ano de sua fundação (2023) foi uma mulher: a ministra Sônia Guajajara, reconhecida internacionalmente pelo seu ativismo social em favor do meio ambiente e da causa indígena. De acordo com Dutra e Mayorga (2019), atualmente há uma emergência das mulheres indígenas enquanto sujeitos políticos, atuantes em seus interesses e lideranças entre seus pares. As autoras afirmam que

Ao mesmo tempo em que são protagonistas nas discussões e reivindicações mais gerais dos povos indígenas – como a luta pela demarcação das terras – as mulheres inserem nos debates de decisões e políticas públicas temas como violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, o combate ao racismo, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros. (DUTRA, MAYORGA, p.114).

Enquanto sujeitos detentores de direitos e cidadania, as mulheres integram a coletividade do movimento indígena, denunciando situações de violência de gênero e buscando políticas públicas de valorização para si e suas comunidades. No campo do ensino de sociologia, abordar a luta social das mulheres indígenas em sala de aula é oportunizar um olhar crítico sobre os marcadores sociais que integram as questões indígenas no Brasil, refletindo sobre gênero, política e atuação em movimentos sociais.

Para Araújo et al (2022), um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres indígenas na sociedade contemporânea é a sexualização e objetificação de seus corpos, reflexo direto das violências históricas enfrentadas pelas ancestrais e que ainda se manifestam nos dias atuais, principalmente em regiões de conflitos de terras e garimpo ilegal, onde o flagelo aplicado contra os corpos femininos é usado para desmoralizar as comunidades e como símbolo de vitória para os opressores. Para os autores, esse problema é ainda mais complexo, pois

elas (as mulheres indígenas) são objetificadas, vistas como objeto de satisfação sexual por seus pares, figuras que não têm desejos próprios, e por esta razão são desrespeitadas, mesmo pelos homens de suas comunidades – que acabam imprimindo no trato social de suas mulheres o reflexo da sociedade do “homem branco”. (ARAÚJO et al, 2022).

Partindo dessas reflexões, é importante que as aulas de Sociologia atuem para denunciar a violência histórica as quais as mulheres indígenas foram submetidas, desnaturalizando sua condição de vulnerabilidade e apagamento na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a temática indígena tem grande potencial para contribuir com as reflexões sobre as relações de gênero na sociedade. Além disso, a luta social das mulheres indígenas fomenta novas abordagens sobre as especificidades do movimento feminista, que é diverso e inclui em suas lutas várias bandeiras e pautas.

As mulheres indígenas nem sempre se reconhecem na luta feminista, muitas delas buscando inclusive se diferenciar deste último por considerá-lo um movimento *ocidental e capitalista*, aspectos que são combatidos pelo movimento indígena. Para Santos (2012), uma comparação entre a luta feminista e o movimento social das mulheres indígenas “não pode ser feita sem que se incorra no risco de distorções por estarmos nos referindo a culturas diferentes, com valores, práticas e representações sobre o corpo, sobre a sexualidade e sobre a condição feminina não necessariamente convergentes” (p. 96).

Entretanto, tal percepção não representa um consenso entre as mulheres que integram a militância indígena e, de acordo com Dutra e Mayorga (2019), é necessário compreender a multiplicidade de narrativas e cosmo percepções que integram o movimento social dos povos originários, marcado por interseccionalidades, ao invés de tentar encontrar padrões genéricos e generalizantes para defini-lo em totalidade – pois tal intento gera apenas mais preconceitos e estereótipos. Tais questões geram

ricos debates sobre a atuação política das mulheres na sociedade e suas múltiplas experiências, determinadas por diversos marcadores sociais.

4. A UTILIZAÇÃO DIDÁTICA DO JOGO "ORIGINÁRIAS" PARA PROMOVER O DEBATE SOBRE A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EEMTI PROFESSOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO

Ao utilizar o jogo “Originárias” na EEMTI Professor Plácido Aderaldo Castelo, observamos algumas questões que foram pertinentes na experiência imersiva proporcionada aos estudantes. Localizada em um bairro periférico no limite oeste da cidade de Fortaleza, a escola situa-se nas proximidades da cidade vizinha, Caucaia, conhecida por ter, atualmente, duas terras indígenas demarcadas: a reserva indígena do povo Tapeba e a Taba do povo Anacé. Tal proximidade resulta no fato de a escola receber com frequência alunos que descendem de famílias indígenas, muito embora a maioria não se autodeclare como tal.

Nesse contexto, o jogo “Originárias” não atuou apenas de forma pedagógica, com a intenção de proporcionar saberes, mas permitiu aos estudantes com parentes indígenas o reconhecimento e a valorização de suas origens no ambiente escolar, além de instigar relatos e a troca de experiências desses estudantes com a turma. Para aplicar o jogo, foram escolhidas as turmas de primeira série do ensino médio, em parceria com professores da base diversificada do currículo e com mais tempo em sala de aula para garantir que a atividade não fosse interrompida pelo término da aula de Sociologia, que tem apenas cinquenta minutos de duração no atual currículo da rede pública cearense.

A escola possui quatro turmas de primeira série (1ªA, 1ªB, 1ªC e 1ªD), atendendo cerca de 35 alunos em cada uma delas, totalizando uma média de 140 estudantes que participaram da atividade. Para iniciar o debate sobre a luta social das mulheres indígenas junto aos estudantes, optamos por reproduzir em sala do videoclipe *Filhas da Terra*⁷, da artista Kaê Guajajara, cuja música retrata a valorização das mulheres indígenas, tendo, nas cenas do videoclipe, um cenário que nos

⁷ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OkGHzdAflBs&list=RDOkGHzdAflBs&start_radio=1> Acesso em: 07 mar. 2025.

proporciona a reflexão sobre as vivências e o protagonismo das mulheres originárias. Tal cenário nos serviu para introduzir a temática, a partir da análise da letra e dos elementos que compõe o videoclipe.

Em seguida, por meio de um slide, apresentamos aos alunos algumas considerações sobre o movimento social indígena, suas principais reivindicações e o engajamento feminino na luta coletiva dos povos originários. A ministração deste conteúdo foi indispensável, pois forneceu aos alunos elementos para pensar o movimento social indígena protagonizado pelas mulheres e algumas concepções históricas e teóricas que dialogam com suas bandeiras. Por fim, as turmas foram divididas em cinco grupos e iniciamos a aplicação do jogo.

Cada grupo recebeu um deck de sete cartas, as quais foram orientados a não ver o conteúdo, mas aguardar pela ordem das rodadas. Desse modo, cada grupo por vez retirava uma carta desse *deck pessoal* e realizava a leitura para a turma. As cartas trazem informações, perguntas, situações, desafios ou orientações para as equipes, além de possibilidades de punição ou benefícios e, assim, na dinâmica do jogo, os grupos interagem com os textos das cartas e obedecem às suas instruções. A vitória foi dada ao grupo que conseguiu se livrar das cartas primeiro ou que, ao final de cinco rodadas, tinha em mãos o menor número de cartas.

Durante a aplicação do jogo, foram feitas algumas observações sobre a logística que merecem ser destacadas. Primeiramente, a dinâmica do jogo é demorada e é necessário adequar as regras para que sua aplicação possa fluir de forma mais usual, a depender da necessidade e do tempo disponível das aulas. No caso dos professores de Sociologia, cujo tempo de aula na maioria das vezes é reduzido a 50 minutos, é importante que haja o apoio da base diversificada do currículo, de modo que o tempo de aula não limite as partidas.

Outro aspecto que observamos é com relação aos equipamentos necessários: os alunos precisaram usar os celulares com acesso à internet para conseguir cumprir os desafios propostos por algumas cartas, o que não é possível em muitas unidades escolares, que não dispõe de internet nas salas de aula, e das condições do alunado, uma vez que nem todos possuem equipamentos eletrônicos. Além disso, a contextualização da temática do jogo foi feita utilizando recursos interativos e mídias que exigiram algumas condições e equipamentos específicos, como projetor, caixa de som, sala de aula com iluminação adequada e notebook, elementos com os quais a maioria das escolas brasileiras não são beneficiadas.

Ao final das partidas, os alunos foram instigados a falar sobre o jogo e sobre os aprendizados que construíram ao longo da experiência. De forma geral, relataram ter gostado da dinâmica e que suas cartas favoritas foram os cartões-problema e as cartas-desafio, que, de fato, são as cartas mais interativas do deck. Também surgiram relatos sobre a composição das famílias dos estudantes, alguns descendentes de pessoas indígenas. Nesse sentido, algumas histórias familiares foram compartilhadas pela turma, o que mostra que a temática levantada pelo jogo proporcionou a valorização das raízes étnicas dos nossos alunos.

Por fim, notamos que o jogo de cartas foi uma ferramenta que enriqueceu o debate sobre a luta social das mulheres indígenas, facilitando a leitura sobre situações, vivências e experiências relacionadas à luta feminina e sua organização enquanto agentes políticos e atuação em movimentos sociais. Além disso, a imersão e reflexão que a temática abordada gerou fez com que outros temas fossem levantados pelos estudantes, como a questão do desmatamento ambiental, demarcação de terras, feminismo, lutas femininas, gênero, feminicídio, cultura e relações étnico raciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a temática dos movimentos sociais e suas lutas faz parte dos conteúdos embutidos na disciplina de Sociologia. Quando levamos em consideração essa questão, podemos dimensionar o quanto a transformação social está interligada ao processo de formação e construção do ser social, haja vista que no âmbito dos movimentos sociais, a experiência faz parte da construção enquanto identidade de grupo. Ao levar essa discussão para a sala de aula a partir do jogo “Originárias”, vimos que os estudantes puderam entrar em contato com a noção de movimento social a partir das personagens do jogo (mulheres indígenas), conhecendo suas causas e formas e atuação.

Além disso, o engajamento gerado em sala de aula levou à construção de conhecimento de forma ativa, por meio da gamificação, da leitura crítica das cartas e das propostas de pesquisas apresentadas pelos desafios. Também é importante mencionar que o jogo contribuiu para fomentar o protagonismo dos estudantes, ao instigar a pesquisa e a interação para solucionar as discussões propostas pela atividade.

O trabalho realizado se mostrou promissor, tanto do ponto de vista social, gerando reflexões e promovendo a conscientização sobre as desigualdades de gênero, as temáticas indígenas e o protagonismo feminino no movimento social indígena, quanto do ponto de vista do aprendizado, trazendo novas perspectivas para a sala de aula quanto às temáticas trabalhadas e às metodologias empregadas. De forma geral, a aplicação do jogo de cartas “Originárias” engajou os estudantes, proporcionando momentos de leitura, pesquisa e resolução de problemas, ao mesmo tempo em que enriqueceu a experiência dos estudantes com as aulas e os temas da sociologia – objetivo principal da ação pedagógica desenvolvida através do jogo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amanda Jenner; SOUSA, Nilsonclei Borges de; PORTAL, Karina Nayara Rego. **(Re)significação da mulher indígena: luta e resistência das “Pau Brasília Echinata”**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 26887-26899, abr. 2022. DOI: [10.34117/bjdv8n4-275](https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-275).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Márcia Borin da et al. **Metodologias Ativas: em busca de uma caracterização e definição**. Educação em Revista, [S. l.], v. 40, n. 40, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39442>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

DIESEL, Aline; MARCHESAN, Michele Roos; MARTINS, Silvana Neumann. **Metodologias ativas de ensino na sala de aula: um olhar de docentes da educação profissional técnica de nível médio**. Revista Signos, v. 37, n. 1, 2016.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Cláudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**. Psicologia: Ciência e

Profissão, v. 39, n. spe, e221693, p. 113-129, 2019. DOI: [10.1590/1982-3703003221693](https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693).

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A lei 11.645/2008: a história de como a temática indígena passou a ser obrigatória nas escolas brasileiras**. Curitiba: Appris, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação, p. 75-85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

MAGALHÃES, Antônio Jeferson Lima. **“Tio, hoje a aula é diferente?”: a construção de um e-book de metodologias ativas gamificadas para o ensino de sociologia**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

MATOS, Mariléia Hauer. Mulheres no movimento indígena: Do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Angela; GRAMKOW, Marcia Maria (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012. p. 140-171.

GRAÚNA, Graça. **Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08**. Educação & Linguagem, São Paulo, v. 14, n. 23/24, p. 231-260, jan.-dez. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulina, 2012.

SANTOS, Danielle Fernandes Amaro dos; CASTAMAN, Ana Sara. **Metodologias ativas: uma breve apresentação conceitual e de seus métodos**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 334-357, jan./abr. 2022.

SANTOS, Fabiane Vinento dos. **Mulheres Indígenas, Movimento Social e Feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários**. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, Pág 94-104.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. **Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra**. Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 83-83, 2018.

APÊNDICE

- Link para visualizar o jogo de cartas "Originárias":
<https://www.canva.com/design/DAGRwsknMwU/QqnnHct9pcOevwcb0muUlg/view?utm_content=DAGRwsknMwU&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utlId=hccc4e280ce>
- Link para visualizar o slide de contextualização utilizado durante a aplicação do jogo:
<https://www.canva.com/design/DAGR0EMU4n8/P_HvdxmJtMYKxl96oYdjrw/view?utm_content=DAGR0EMU4n8&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utlId=h9904be1055>